

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Tarcísio com Nunes: contrato suspeito da prefeitura

Aliados estranham alarde em operação da polícia paulista

Políticos ligados ao prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), estranharam o estardalhaço feito pela Polícia Civil de São Paulo na operação de ontem na ONG Instituto Conhecer Brasil, ligada à produtora do filme "Dark House", sobre a trajetória de Jair Bolsonaro.

Isto porque a polícia é subordinada ao governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e as investigações focam contrato assinado em 2024 com a prefeitura.

Segundo um parlamentar, a Polícia Civil, acionada pelo Ministério Público estadual, não poderia deixar de investigar as suspeitas relacionadas ao contrato de R\$ 108 milhões, mas alega que poderia ter feito isso de maneira mais discreta, já que Tarcísio e Nunes são aliados.

Constrangimento

O inquérito policial, nascido de uma notícia de fato feita por um militante do PT, foi instaurado em 31 de março, há mais de dois meses. É impossível que Tarcísio não soubesse de sua existência. O caso também resvala do filme sobre o ex-presidente.

Esses aliados de Nunes ressaltam que o governador precisará da ajuda dele em sua tentativa de reeleição; logo, não haveria sentido criar qualquer constrangimento.

Waldemar Barreto/Agência Senado



Flávio Bolsonaro: explicações sobre o Master

Entre mordidas e assopros

Semana passada, Tarcísio disse que Flávio Bolsonaro, pré-candidato do PL à Presidência, deveria explicar "muitas questões" relacionadas à sua relação com Daniel Vorcaro, do Banco Master. Ontem, depois da divulgada a operação, reiterou que o filho de Bolsonaro tem seu apoio.

Ao pedir à Justiça a liberação de dados da movimentação bancária da ONG e de sua responsável, Karina Ferreira da Gama, o delegado Antonio Munera Silveira classificou de "consistentes" as suspeitas de uso de dinheiro da prefeitura na produção do filme sobre Bolsonaro.

Os padrinhos

A contratação da ONG foi feita em 2024 pela Secretaria de Inovação e Tecnologia, na época comandada pelo deputado Bruno Lima, que era do PP e, em 2026, foi para o Podemos. O Correio Bastidores apurou que Lima foi indicado para o cargo pelos presidentes nacional e estadual do PP, respectivamente, senador Ciro Nogueira (PI) e deputado Maurício Neves.

Voz do povo

O PL encomendou uma pesquisa para checar, entre outros pontos, a reação da população às conversas entre Daniel Vorcaro e Flávio Bolsonaro e a atuação deste para que os Estados Unidos declarassem que CV e PCC são organizações terroristas internacionais. As entrevistas já começaram a ser feitas.

Turnos

A pesquisa Real Big Data animou o PSD: mostra que Ronaldo Caiado empataria com Lula (PT) em um eventual segundo turno (43% para cada um). Já Flávio Bolsonaro perderia do petista, 45% a 43%. O problema do ex-governador goiano é que, no primeiro turno, ele teria 6%; o filho de Jair, 31%.

Aposta

Ao declarar que pode ser vice na chapa de Caiado, o presidente do PSD, Gilberto Kassab, surpreendeu muita gente. "Almocei com ele na semana passada, ele não me falou nada", diz o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ). A sinalização de Kassab demonstra que ele acredita no desgaste de Flávio.

Na pressão

Representantes de entidades empresariais decidiram criar grupos para fazer corpo-corpo com senadores, querem evitar a aprovação da proposta de emenda constitucional que acaba com a jornada de trabalho de seis por um. A marcação sob pressão foi sugerida pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

Jogo duro

A tramitação no Senado deve ser mais complicada. A PEC do líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), que estabelece livre negociação de jornada e pagamento por horas trabalhadas conta assinaturas de 41 dos 81 senadores. Flávio Bolsonaro é um dos 16 senadores do PL que apoiam a proposta.

O ano da fraude

O senador Magno Malta (PL-ES) acusou no Instagram, o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso de ser "um dos responsáveis pela fraude eleitoral no Brasil". Eleito três vezes para o Senado em votações feitas em urna eletrônica, ele não especificou em que pleito houve a suposta fraude.



Karina é dona da ONG e da produtora do filme

Ação atinge produtora do filme de Bolsonaro

Flávio nega, porém, relação entre operação e "Dark Horse"

Por Beatriz Matos

A operação da Polícia Civil de São Paulo (PCSP) que teve como alvo a ONG Instituto Conhecer Brasil (ICB), ligada à empresária Karina Ferreira da Gama, voltou a colocar sob os holofotes o filme "Dark Horse", produção sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Embora o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência da República, tenha negado qualquer relação entre a investigação e o longa-metragem, o episódio reacendeu questionamentos sobre a origem dos recursos destinados ao projeto e ampliou a pressão política sobre o entorno bolsonarista.

Nesta segunda-feira (1º), ao chegar a um evento no Rio de Janeiro, Flávio foi abordado por jornalistas sobre a operação policial e respondeu de forma breve. Segundo ele, a ação "não tem nada a ver com o filme". Após a declaração, o senador chegou a informar que conversaria novamente com a imprensa ao fim do compromisso, mas deixou o local sem conceder entrevistas.

A operação ocorre em meio à repercussão de revelações envolvendo tratativas financeiras para a produção de "Dark Horse". O filme foi produzido pela Go Up Entertainment, empresa ligada a Karina Ferreira da Gama, que também está associada ao Instituto Conhecer Brasil.

A apuração conduzida pela

Polícia Civil paulista tem como foco o Instituto Conhecer Brasil. Documentos relacionados à investigação apontam suspeitas sobre a destinação de recursos públicos e levaram os investigadores a buscar informações financeiras ligadas aos envolvidos.

O caso ganhou dimensão nacional porque a produtora responsável pelo filme sobre Jair Bolsonaro aparece no centro das discussões.

Nos bastidores políticos, aliados do senador têm evitado comentar publicamente o assunto. A estratégia tem sido deixar que as manifestações partam do próprio Flávio, enquanto a oposição busca manter o tema em evidência.

Entre os principais críticos está o deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ). Em publicação nas redes sociais, o parlamentar afirmou que pretende aprofundar questionamentos sobre os recursos destinados ao filme e voltou a citar valores que já haviam surgido em reportagens sobre negociações envolvendo o projeto.

A nova operação investiga um contrato do Instituto Conhecimento Liberta com a prefeitura de São Paulo para a instalação de uma rede de wifi gratuito na cidade por R\$ 108 milhões. Há ainda investigações sobre emendas parlamentares que foram destinadas ao mesmo instituto da produtora do filme.